

# Perfil do jornalista profissional em São Paulo: contradições vividas na fase imediatamente posterior à obrigatoriedade do diploma

*Profile of the journalist in São Paulo: contradictions felt in the immediate period following the mandatory diploma decree*

■ JOSÉ MARQUES DE MELO\*

## RESUMO

Reconstituição do perfil socioeconômico e dos hábitos culturais do jornalista profissional filiado ao sindicato da categoria em São Paulo, tendo como referência os dados coletados na pesquisa de campo realizada em 1972 pelo Departamento de Jornalismo da Universidade de São Paulo. O autor interpreta os resultados da pesquisa como documento datado que refletiu a natureza da corporação dos jornalistas na conjuntura intermediária entre os *anos de chumbo* e o *milagre econômico*, marcos relevantes da História do Brasil sob a tutela dos militares que depuseram o presidente João Goulart em 1964, controlando o Estado até a Constituição Cidadã (1988).

**Palavras-chave:** jornalismo brasileiro, jornalista profissional, obrigatoriedade do diploma, Brasil: História, São Paulo: período autoritário

## ABSTRACT

Reconstruction of the social and economical profiles and the cultural customs of the journalist filiated to the union in São Paulo, based on field research in 1972, realized by the Department of Journalism of the Universidade de São Paulo. The author interprets the results of the research as a dated document that reflects the nature of journalist corporation in the time between the Years of Lead and the Brazilian Miracle, both relevant eras in Brazilian history, under the tutelage of the military forces that deposed president João Goulart in 1964, controlling the State until the Citizen's Constitution of 1988.

**Keywords:** brazilian journalism, journalism, mandatory diploma, brazilian history, São Paulo, dictatorship

\* Professor Titular e Diretor da Cátedra UNESCO de Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo (UMES). Doutor e Livre Docente em Jornalismo pela Universidade de São Paulo (USP), integrou a equipe de docentes fundadores da Escola de Comunicações Culturais (atual Escola de Comunicações e Artes). E-mail: marquesmelo@uol.com.br

# D

Perfil do jornalista profissional em São Paulo: contradições vividas na fase imediatamente posterior à obrigatoriedade do diploma

## INTRODUÇÃO

O MUNDO DOS JORNALISTAS permanece nebuloso, em nosso País, pela carência de estudos sistemáticos que desvendem suas peculiaridades e dimensionem suas tendências. Temos muitos trabalhos de corte memorialístico, resgatando histórias de vida de profissionais notáveis ou reconstituindo, através da ficção, episódios marcantes da rotina nas redações.

Duas obras ganham relevância na bibliografia brasileira da área pela sua originalidade. A mais antiga é de autoria de Lima Barreto, o romancista que retratou, com perspicácia, ironia e sarcasmo, o cotidiano da redação emblemática do jornal/empresa no começo do século XX. A mais recente, transcorridos 80 anos, foi realizada por Samuel Wainer, em coautoria com Augusto Nunes, dando conta das transformações vividas pelo jornal/indústria em meados do século passado. Na primeira, o autor ganha vida nas *Recordações do escritor Isaias Caminha* (1958) e, na segunda, o narrador principal conta a sua *Razão de Viver* ao colega mais jovem, que a transforma em documento póstumo (1987).

Tal acervo se completa com os relatos etnográficos feitos por Isabel Travancas (1992) e Jorge Claudio Noel Ribeiro Junior (1994), que ultrapassam o espaço individual para recompor o universo coletivo, atuando como observadores da dinâmica profissional. Para radiografar o *ambiente de trabalho* em redações de jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo, eles interagiram com grupos de jornalistas, dentro e fora da redação, descrevendo criticamente o cotidiano dos profissionais em três jornais de prestígio nacional. Travancas faz o diagnóstico das conexões e conflitos percebidos no *Jornal do Brasil*, enquanto Ribeiro Junior focalizou as condições e contradições notadas na *Folha de S. Paulo* e no *Estado de S. Paulo*.

Da mesma forma, não podemos ignorar as incursões protagonizadas por Heloiza Herscovitz e Adalberto Cardoso, como parte do projeto liderado por David Weaver sobre o Jornalista Global, atualizando o perfil dos artífices de notícias ao redor do mundo, por iniciativa da IAMCR – *International Association for Media and Communication Research*. Lamentavelmente os dados colhidos na pesquisa de campo e as anotações elaboradas por Herscovitz & Cardoso (1998) tiveram escassa circulação no país.

Desde que fundou o Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho na Escola de Comunicações e Artes, Roseli Figaro se tornou legatária desse segmento do estudo comunicacional brasileiro, lançando uma série de projetos de pesquisa que culminam com a socialização dos dados enfeixados no livro *As mudanças no mundo do trabalho dos jornalistas* (Figaro; Nonato; Grohmann, 2013). Ali estão reunidas evidências do mundo do trabalho dos jornalistas de São

Paulo no desabrochar do século XXI, apreendendo basicamente as *mudanças* que determinam sua inserção na vida cotidiana.

O capítulo essencial foi escrito pela própria Roseli Figaro. Ela conduziu uma exaustiva pesquisa empírica, combinando métodos quantitativos e procedimentos qualitativos, para oferecer uma visão panorâmica das relações ocupacionais nos espaços em que atuam os jornalistas de hoje.

O cerne da sua contribuição está contido na análise de discurso que faz nas entrevistas dos jornalistas que gravaram depoimentos e a partir das quais ela constrói uma tipologia dos correspondentes perfis profissionais. Muito mais do que uma visão holística do campo jornalístico brasileiro, o relato esboçado convida à reflexão e sinaliza caminhos alternativos para lograr as metas previstas pelos nossos visionários.

Os dois capítulos acrescentados servem para demonstrar nuances daquelas mudanças peculiares ao mundo do trabalho no jornalismo contemporâneo. Claudia Nonato Lima focaliza o segmento dos jornalistas sindicalizados em São Paulo, concluindo que o sindicato perdeu a natureza sedutora ainda vigente no início dos anos 1970 e, ao mesmo tempo, discute as atitudes das novas gerações frente ao cotidiano profissional. Por sua vez, Rafael Grohmann busca compreender, na linha nos estudos de recepção, quais os produtos culturais preferidos pela nossa categoria.

Finalmente, a organizadora da coletânea achou por bem incluir o documento que simboliza o estudo embrionário do jornalista que atuava no batente, há 40 anos, justamente, sugerindo o contraste notório entre o profissional sindicalizado em 1972 e em 2010.

Apesar de sintético, como veremos adiante, aquele relatório permite vislumbrar o contraste entre os jornalistas que atuavam nas empresas, no nascedouro da Escola de Comunicações e Artes, e os que labutam no mercado desta sociedade que se identifica estrategicamente com as plataformas digitais (Weaver, 1998).

## CONJUNTURA

Os anos 1960 configuram, no Brasil, o processo de industrialização da imprensa e a transformação do jornalismo em ofício que assume feição multimídia, exigindo dos seus praticantes uma formação especializada que já não podia continuar sendo exercida nas próprias redações.

Torna-se imperiosa a participação das universidades nesse processo, justificando as iniciativas tomadas pelas instituições públicas comprometidas com a transformação do país, como eram os casos da tradicional Universidade de São Paulo e da arrojada Universidade de Brasília.

# D

## Perfil do jornalista profissional em São Paulo: contradições vividas na fase imediatamente posterior à obrigatoriedade do diploma

Não é casual a criação de faculdades de comunicação de massa, nesse período, cujos cursos de jornalismo ocupam espaços de vanguarda, em conexão com as profissões congêneres de publicitários, radialistas, relações públicas, teledifusores ou cineastas (Marques de Melo, 1974).

No âmbito particular do jornalismo, a situação muda radicalmente no final de 1969, com a outorga da legislação que reserva o seu exercício exclusivamente aos portadores de diplomas conquistados em cursos superiores dessa natureza.

Fundada em 1966, a Escola de Comunicações Culturais da Universidade de São Paulo (USP) diplomou a sua primeira turma de jornalistas profissionais em 1970, contribuindo para suprir as empresas com recursos humanos treinados de acordo as novas demandas do mercado e naturalmente preparados em sintonia com as aspirações da sociedade.

Em meio a essa conjuntura impôs-se a realização da pesquisa a seguir resgatada, analisada e interpretada.

Trata-se evidentemente de um documento histórico que reflete as contradições da época, servindo exclusivamente como fonte de referência para comparações e confrontos com dados atuais.

### CONTEXTO

Em 1972, a Escola de Comunicações Culturais, unidade de ensino e pesquisa da Universidade de São Paulo, diplomava a terceira turma de profissionais formados pelo seu Curso de Jornalismo. Nessa ocasião, São Paulo sediava o XIV Congresso Nacional de Jornalistas e o nosso Departamento foi convidado a participar intelectualmente.

Como chefe daquele órgão, pareceu-me que a maneira mais adequada para essa contribuição seria realizar uma pesquisa destinada a conhecer o perfil dos jornalistas filiados ao Sindicato da categoria em São Paulo. Tendo em vista as boas relações mantidas com aquela entidade, foi possível o acesso ao seu arquivo de associados para construir uma amostra representativa, colhendo dados empíricos para apresentar ao fórum nacional dos jornalistas.

Para supervisionar esse trabalho, realizado por uma equipe de alunos do curso de jornalismo, ninguém melhor do que o professor Jair Borin. Além de possuir dupla formação – economia e jornalismo – o referido docente era ex-aluno da casa, em fase de estágio probatório no corpo docente da instituição. Feito o convite, ele aceitou de bom grado e foi ao campo, juntamente com a equipe de alunos beneficiados pela bolsa-auxílio concedida pelo sindicato.

O levantamento dos dados foi processado a tempo de constituir uma peça indicativa das tendências sociográficas da nossa categoria e como tal foi apresentado no congresso de outubro.

Infelizmente não houve tempo hábil para construir uma análise pormenorizada dos dados estatísticos. Tanto o professor Borin quanto o chefe do departamento foram surpreendidos pela ação dos órgãos de segurança instalados no gabinete do reitor da USP. Tendo que enfrentar um calvário de acusações e perseguições, alguns docentes fomos excluídos sumariamente dos quadros da universidade, sem direito a defesa, sob ameaça de represálias.

Antes disso, para garantir a difusão dos resultados do perfil dos jornalistas, a única providência possível foi a edição de um opúsculo impresso na gráfica da escola e distribuído nacionalmente, intitulado *O Jornalista Profissional no Estado de São Paulo. Perfil Sócio-econômico e Cultural* (Borin, 1972).

Depois de 40 anos de esquecimento, surgiu a oportunidade de torná-lo conhecido das novas gerações, graças à iniciativa da professora Roseli Figaro, apensando-o ao volume *As mudanças no mundo do trabalho dos jornalistas* (Figaro; Nonato; Grohmann, 2013).

A verdade é que, quando retornamos ao corpo docente da USP, no início dos anos 1980, beneficiados pela anistia política de 1979, não encontramos ambiente favorável para retomar os projetos interrompidos. Ao contrário, tivemos que desenvolver luta titânica para reconstruir as paredes de um edifício acadêmico que havia sido literalmente destruído ou desvirtuado pelos agentes do governo autoritário.

Como tantas outras publicações daquela conjuntura, o referido livreto ficou oculto, pelo temor que tinham os dirigentes da época no sentido de afrontar os resquícios do sistema de poder só eliminados, de forma *lenta, gradual e segura*, depois da vigência da Constituição Cidadã de 1988.

Quem quiser entender melhor essa conjuntura pode consultar duas fontes. Uma institucional, ou seja, a introdução que escrevi para o volume 3 da série *Pensamento Comunicacional Uspiano* (Marques de Melo, 2011: 9-27). Outra pessoal, contida no livro que resgata minha trajetória jornalística (Marques de Melo, 2009: 70-75).

Também pode ser elucidativa a revisão dos fatos documentados pela ADUSP – Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo – tanto no *Livro Negro da USP* quanto na edição especial da *Revista da ADUSP* (2007), dedicada a tais acontecimentos.

Como singela homenagem póstuma ao professor Jair Borin, achei conveniente explicitar os principais traços do perfil dos jornalistas naquela conjuntura, estimulando assim a sua comparação com as tendências atuais.

# D

## Perfil do jornalista profissional em São Paulo: contradições vividas na fase imediatamente posterior à obrigatoriedade do diploma

### PIONEIRISMO

Tínhamos consciência de estar realizando um estudo pioneiro, estatisticamente projetado e descrito. Ainda que alguns entrevistados mencionassem ter sido alvos de pesquisas anteriores, promovidas pelo IBGE ou por agências privadas como o IBOPE ou a MARPLAN, seus resultados nunca se tornaram públicos, constando de relatórios confidenciais que chegavam ao conhecimento exclusivo dos seus patrocinadores.

A iniciativa de mapear quantitativamente tal universo não assumia a forma de *pesquisa pela pesquisa*, mas procurava romper com o círculo vicioso da *ausência de pesquisa*, carência peculiar às ciências humanas, dificultando quaisquer avanços, teóricos ou empíricos.

### AMOSTRA

O universo da nossa pesquisa à época era constituído por 2.100 associados *efetivamente matriculados no Sindicato em julho de 1972* (Borin, 1972). Trata-se de uma cifra que naturalmente causou perplexidade, tendo em vista que a Delegacia Regional do Ministério do Trabalho registrava cerca de 9 mil pessoas habilitadas ao exercício do jornalismo. Era imenso, portanto, o *exército de reserva* de que dispunha a categoria, quase 4 vezes maior do que os jornalistas efetivamente sindicalizados.

Lembre-se que a conjuntura era excepcional, refletindo o inchaço que marcou a corporação dos jornalistas no período posterior a 1969. Quando se deu a vigência da *reserva de mercado* para os jornalistas diplomados, garantida pela chamada *lei do diploma*, houve uma corrida dos praticantes do jornalismo à Delegacia Regional do Trabalho, na tentativa de preservar *direitos adquiridos*.

A vigilância exercida pelo Sindicato dos Jornalistas para o fiel cumprimento da nova legislação atemorizava os não-diplomados. A esse respeito, Adriano Campanhole, então presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, foi categórico em sua intervenção durante a IV Semana de Estudos de Jornalismo, realizada no campus da USP, em maio de 1972: “Não podemos admitir que, nas cidades que tenham escolas de jornalismo, sejam empregadas pessoas não qualificadas profissionalmente” (Campanhole, 1972: 157-174).

E alertava para as limitações impostas aos detentores de *direitos adquiridos*: “o registro só valerá no âmbito local, não podendo seus portadores competir no mercado de trabalho onde existam formados ou profissionais com direito adquirido” (Ibid.).

Pouco ou nenhum conhecimento tinham as lideranças sindicais sobre o perfil desse profissional. Daí a necessidade de pesquisar para conhecer e esclarecer. Nessa ocasião foi selado o compromisso de promover esse levantamento, a

ser apresentado no congresso nacional que a categoria convocara para a cidade de São Paulo, em outubro do mesmo ano.

## RETRATO

De acordo com os dados tabulados pela equipe supervisionada por Jair Borin, a corporação jornalística paulista era majoritariamente constituída por pessoas do sexo masculino (93,22%), brasileiros natos (96,60%), embora não fechada aos profissionais oriundos de outras partes do território nacional. Em cada grupo de 10 jornalistas sindicalizados, 6 eram paulistas e 4 migrantes internos.

A presença das mulheres nesse mercado de trabalho já se tornava crescente na ocasião, tendo em vista que as escolas de jornalismo representaram a porta de acesso à profissionalização feminina. Esse fenômeno começou a ser notado nos anos 1950, quando as mulheres ingressavam nos cursos superiores da área de comunicação, embora houvesse um contingente que possuía diploma, mas era impedido de conseguir empregos, pois o machismo, então dominante, inibia as jovens a ampliar suas oportunidades ocupacionais (Marques de Melo, 2003: 122-124).

No que diz respeito ao local de nascimento, o contingente dos migrantes era composto principalmente por jornalistas da região sudeste (cariocas ou mineiros) e secundado por nordestinos (pernambucanos, baianos e alagoanos, mas também paraibanos e piauienses). Minoritariamente figuravam jornalistas procedentes do sul (gaúchos e paranaenses), do norte (paraenses e amazonenses) ou do centro-oeste (mato-grossenses).

A pequena fração de estrangeiros procedia da Europa mediterrânea (Itália, Espanha e Portugal) ou do oriente próximo (Líbano).

Do ponto de vista etário, a maior parcela situava-se na faixa dos 30-40 anos (43%), acompanhada por um segmento de meia idade, ou seja, entre 40 e 60 anos (32%) e completada por uma significativa fatia jovem, entre 20 e 30 anos (27%) e uma raquítica fração sênior, entre 60 e 80 anos (4%).

O estado civil predominante era o dos casados (65%), sendo os demais solteiros (28%) ou descasados (7%). Dentre os jornalistas que viviam em unidades familiares, 58% possuíam pelo menos 1 ou até 2 filhos. A proporção dos que contavam com 3 ou 4 filhos era de 17% e a dos casais sem filhos correspondia a 21%.

## FUNÇÃO

Em que posição gravitava o jornalista profissional daquela época? A estrutura das redações mostrava-se equilibrada entre a reportagem e a edição, além do pequeno contingente de apoio operacional. De cada 10 jornalistas entrevistados, 5 exerciam funções destinadas a captar e apurar notícias e 4 desempenhavam



# D

## Perfil do jornalista profissional em São Paulo: contradições vividas na fase imediatamente posterior à obrigatoriedade do diploma

papéis ligados à edição das matérias difundidas, contando com o apoio técnico de 1 especialista.

Se tomarmos como ponto de referência a geografia do trabalho jornalístico, diríamos que havia um relativo equilíbrio entre os profissionais que trabalhavam nas ruas (repórteres, críticos e correspondentes) e os que ficavam nos escritórios (editores, revisores, copidesques, pesquisadores ou arquivistas) ou nas dependências da empresa (oficinas, laboratórios e transmissores).

### PERMANÊNCIA

O exercício do jornalismo mostrava-se estável, sem grande rotatividade, naquele período histórico. Dos jornalistas pesquisados, 3/6 exerciam a profissão há pelo menos 15 anos e 2/6 há quase 30 anos, caracterizando-se a fatia restante por pessoas que trabalhavam há somente 5 anos e igual parcela que permanecia na ativa há 30 ou 40 anos.

Considerando o espaço geopolítico nacional, o maior contingente trabalhava no Estado de São Paulo, no intervalo de 5 a 15 anos, perfazendo 4 de cada 10 profissionais. A menor parcela era a dos veteranos (1 em cada 10 aqui vivia há 40 anos) e o restante permanecia na terra dos bandeirantes como adventícios (2 em cada 10 residia há apenas 5 anos) ou estava em processo de adaptação (3 de cada 10 aqui atuavam há 15-25 anos).

### PROFISSIONALIZAÇÃO

Nos idos de 1970, o jornalismo ainda não se configurava como atividade em tempo integral. Somente 2 em cada 10 jornalistas detinham empregos exclusivos na área. Ainda que o jornalismo fosse a atividade principal, a remuneração garantida pelas empresas do ramo impelia os jornalistas a ter fonte pecuniária complementar. Eles recorriam a empregos ou prestavam serviços nas repartições públicas, magistério ou em agências de publicidade, bem como em bancos, comércio.

Essa circunstância explica o fato de contingente expressivo dos jornalistas em exercício (4 em cada 10) não ter ainda formação superior. Somente uma fração mínima da categoria (1 em cada 10) possuía diploma específico em jornalismo, como prescrevia a legislação em vigor. Os demais eram formados em Direito, Letras, Ciências Sociais, outros ramos da Comunicação, Economia/Contabilidade etc.

Sensíveis à nova regulamentação da profissão, 40% dos não diplomados demonstravam interesse em frequentar cursos superiores de jornalismo, alguns dando preferência a eixos temáticos como jornalismo audiovisual, jornalismo empresarial, fotojornalismo e cinejornalismo. Dois terços da corporação



paulista dos jornalistas confessa que se profissionalizou por vocação, afinidade ou seleção objetiva. Por sua vez, um terço alegou fatores casuais ou aleatórios. Esse traço define um contingente que age de forma consciente, denotando plena identidade com a profissão que exerce.

Metade dos jornalistas entrevistados sindicalizara-se há mais de cinco anos e acompanhava, denotando satisfação, os serviços prestados pelo sindicato.

## **BEM-ESTAR**

Certamente inebriada pela euforia do *milagre econômico*, a questão da aposentadoria não parecia catalisar a geração de 1972. Quando instada a apresentar propostas para o problema da jubilação, a maioria da amostra silenciou (53%) ou demonstrou ceticismo (16%), transferindo o problema para o Estado (11% defendiam a criação de um fundo especial e 10% gostariam que a empresa celebrasse um convênio com o Instituto Nacional de Previdência Social).

Se o futuro não causava tanta preocupação, o presente estava sendo vivenciado intensamente. Isso pode ser interpretado como indício de que a categoria estava usufruindo remuneração satisfatória, o que assegurava bem-estar.

Os salários do grande contingente oscilavam entre Cr\$ 1.100,00 e Cr\$ 4.500,00. O bloco mais bem remunerado era constituído por 12% da amostra, recebendo vencimentos variáveis entre Cr\$ 4.500,00 e Cr\$ 15.000,00, enquanto o menos recompensado (13%) sobrevivia com salários de Cr\$ 100,00 a Cr\$ 1.100,00. As faixas intermediárias recebiam mensalidades de Cr\$ 2.500,00 a Cr\$ 4.500,00 (43%) e de Cr\$ 1.100,00 a Cr\$ 2.500 (35%).

Em função disso, 40% possuíam casa própria, sendo que, deste total, 50% pagavam aluguel a terceiros, cujos valores oscilavam entre Cr\$ 500,00 e Cr\$ 900,00.

## **MOBILIDADE**

Trata-se de um contingente que possuía carro próprio (76%), principalmente Fusca – Volkswagen 1200, 1300 e 1500 (40%), incluindo também veículos de passeio como Galaxie, Karman-Ghia, DKW, Opala, Belina, Variant ou utilitários (*Jeep* ou rural *Willys*).

A posse do automóvel garante não apenas locomoção para o trabalho, mas configura-se como instrumento útil para frequentar clubes no fim de semana ou viajar nas férias, hábito confessado por metade da amostra.

Como os jornalistas de São Paulo preenchem o tempo livre nas férias e fins de semana? Nas férias, as viagens mais frequentes contemplavam alvos como praias, estação de águas, cruzeiros marítimos ou espaços recreativos, dentro e fora do país. Por sua vez, os fins de semana eram reservados para visitar parentes ou amigos que viviam em locais não muito distantes.

# D

Perfil do jornalista profissional em São Paulo: contradições vividas na fase imediatamente posterior à obrigatoriedade do diploma

## CONSUMO CULTURAL

O jornalista de São Paulo divertia-se viajando e fruindo a riqueza simbólica distribuída pela indústria cultural. Para fazer face às despesas consequentes, reservava certa quantia no orçamento familiar, em proporções de até 20% dos proventos (49%) ou em patamares mais elevados, ou seja, poupando valores situados na faixa de 20% a 60%. Também gostava de literatura (94%), o que fica comprovado pela variedade dos títulos lembrados.

O hábito de leitura dos jornais diários é cultivado pela amostra, sendo que 54% possuíam assinatura própria. A preferência pelas revistas semanais mostra-se equilibrada entre *Veja* (29%), *Visão* (20%), *Realidade* (18%) e *Manchete* (14%).

Dentre os programas de televisão, os entrevistados davam preferência a filmes, noticiários, futebol e novelas. Mas uma fatia de 20% declarou expressamente não assistir televisão. Também eram apaixonados pelo cinema, preferindo ficção científica ou filmes de arte.

## TRAÇO GUTEMBERGUIANO

Tal como já havíamos percebido no público consumidor de produtos midiáticos no conjunto da Universidade de São Paulo (Marques de Melo, 1970: 269-271), o jornalista profissional do Estado tinha viés claramente gutemberguiano. Além de ter mais familiaridade com a mídia impressa do que com a audiovisual, acresce a singularidade do consumo de livros técnicos pelos profissionais da área.

Cerca de 90% da amostra entrevistada atesta que fez aquisição mensal de obras técnico profissionais para suprir as lacunas de formação e adicionar à respectiva bagagem cultural as inovações disseminadas à época. Assim sendo, 32% compravam mensalmente de 1 a 3 livros, 34% adquiriram entre 4 e 8 títulos e 13% incorporaram pelo menos 9 ou até 20 volumes ao acervo bibliográfico particular.

## SIGNIFICAÇÃO ACADÊMICA

Independentemente do valor cognitivo inerente a um projeto dessa natureza, sua significação avulta academicamente, pois, como registramos na apresentação do opúsculo *O jornalista profissional no Estado de São Paulo* (Borin, 1972), ao conceber e organizar o Departamento de Jornalismo da Universidade de São Paulo *uma das minhas preocupações iniciais foi a de valorizar a pesquisa como forma de sistematização teórica dos conhecimentos na área da Comunicação de Atualidades* (Borin, 1972). Reiterei ainda: *Entendi que essa seria a contribuição mais efetiva que a USP poderia oferecer ao estudo superior do Jornalismo no país* (Ibid.).

Não tínhamos, absolutamente, a pretensão de criar modelos pedagógicos. Nosso propósito era sinceramente modesto: nossa ambição era que tal pesquisa servisse como *ponto de partida para outros esforços de investigação*.

## CONCLUSÃO


Hoje, podemos dizer que a semente plantada germinou em terreno fértil e a colheita dos frutos vem se mostrando prodigiosa, tendo em vista a institucionalização da pesquisa do Jornalismo na academia brasileira. E devemos fazer coro à anotação do professor Jair Borin em sua introdução: “Estamos numa época de indagações. Ninguém já se contenta com o estudo meramente descritivo dos fenômenos sociais. No Brasil, assentam-se as primeiras bases para o emprego sistemático da pesquisa na comprovação e avaliação dos principais problemas socioeconômicos e culturais” (Borin, 1972).

Sem pretender cotejar os dados selecionados para aquela pesquisa, mas identificando aspectos contrastantes, vale a pena trazer à reflexão dos jornalistas do porvir dois indicadores: a questão de gênero e o papel do sindicato.

A composição da categoria por gênero: em 1972, era predominantemente masculina e em 2010, majoritariamente feminina; ontem, era um contingente formado por pessoas sem formação universitária ou preparadas em outras áreas do saber, sendo hoje diplomada a maioria dos que exercem o nosso ofício, principalmente em jornalismo.

No que diz respeito ao papel do sindicato, as evidências sinalizam claramente aos dirigentes e aos afiliados. Se naquela época, havia uma consciência corporativa aguçada, que se refletia em participação da vida sindical, atualmente o sindicato perdeu o seu poder de aglutinação e de mobilização. Trata-se de consequência inexorável das relações de trabalhos nas empresas, com a substituição voraz dos trabalhadores assalariados pelos prestadores de serviço.

Muitas outras anotações poderiam ser feitas para despertar o interesse dos profissionais, acadêmicos e cidadãos pelo mundo dos jornalistas. Todavia, os dados reunidos pela professora Roseli Figaro na obra comentada possuem força suficiente para atrair leitores críticos no sentido de polemizar construtivamente (Figaro; Nonato; Grohmann, 2013).

A verdade é que o conhecimento sobre o trabalho dos jornalistas e o mundo em que vivem permanece pouco elucidativo, demandando pesquisas frequentes de modo a estocar indicadores capazes de dissipar a nebulosidade persistente, sobretudo num momento como este que vivemos desafiadoramente. As universidades devem revisar os projetos pedagógicos dos seus cursos de jornalismo em sintonia com as diretrizes curriculares consensualmente estabelecidas pela comunidade acadêmica e acolhidas pelo Conselho Nacional de Educação, pressupondo um fluxo contínuo para formar novos profissionais, mas esbarram nessa carência de estudos empíricos atualizados, comparáveis e confiáveis. 

# D

## Perfil do jornalista profissional em São Paulo: contradições vividas na fase imediatamente posterior à obrigatoriedade do diploma

### REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO dos Docentes da Universidade de São Paulo (Adusp). *O Livro negro da USP: o controle ideológico na universidade*. São Paulo: Adusp, 1978.
- BARRETO, Lima. *Recordações do escrivão Isaías Caminha*. São Paulo: Brasiliense, 1958.
- BORIN, Jair (org.). *O jornalista profissional no Estado de São Paulo: perfil socioeconômico e cultural*. São Paulo: ECA-USP Departamento de Jornalismo e Editoração, 1972.
- BUENO, Eduardo. *Brasil, uma história*. Rio de Janeiro: Leya, 2012.
- CAMPANHOLE, Adriano. Profissionalização do jornalista no Brasil. *Anais da IV Semana de Estudos de Jornalismo*. São Paulo: ECA-USP Departamento de Jornalismo, 1972.
- FIGARO, Roseli; NONATO, Cláudia; GROHMANN, Rafael. *As mudanças no mundo do trabalho dos jornalistas*. São Paulo: Salta, 2013.
- HERSCOVITZ, Heloiza; CARDOSO, Adalberto. The brazilian journalist. In: WEAVER, David. *The global journalist*. New Jersey: Hampton Press, 1998.
- MARQUES DE MELO, José. (Org.). *Ideias que abalaram os alicerces da ECA-USP*. 1. ed. São Paulo: ECA-USP-SOCICOM, 2011.
- . *Comunicação Social: Teoria e Pesquisa*. Petrópolis: Vozes, 1970.
- . *Vestígios da travessia: da imprensa à internet (50 anos de jornalismo)*. São Paulo: Paulus, 2009.
- . *Jornalismo brasileiro*. Porto Alegre: Sulina, 2003.
- . *Contribuições para uma pedagogia da comunicação*. São Paulo: Paulinas, 1974.
- RIBEIRO JUNIOR, Jorge Claudio. *Sempre alerta: condições e contradições do trabalho jornalístico*. 1. ed. São Paulo: Brasiliense/Olho D'Água, 1994.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Intercom, 2012.
- TRAVANCAS, Isabel Siqueira. *O mundo dos jornalistas*. 3. ed. São Paulo: Summus Editorial, 1992.
- WAINER, Samuel. *Minha razão de viver*. Rio de Janeiro: Record, 1987.
- WEAVER, David. *The global journalist*. New Jersey: Hampton Press, 1998.

### Endereço eletrônico

- ASSOCIAÇÃO dos Docentes da Universidade de São Paulo (Adusp). Evento lembra luta contra a ditadura. *Revista da Adusp*, São Paulo, n. 39, mar. 2007. p. 51-56. Disponível em: <<http://www.adusp.org.br/files/revistas/39/r39ao6.pdf>>. Acesso em: 9 abril 2013.

---

Artigo recebido em 27 de janeiro de 2013 e aprovado em 20 de março de 2013.